

EDUCAÇÃO E GÊNERO: A RELAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA COM AS FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS

Natália Costa Gonçalves

Pedagoga e Professora na EMEF Maria do Carmo da Silva Paiva.

Tailandia, Pará, Brasil,

E-mail: nattygel@gmail.com

Jadson Fernando Garcia Gonçalves

Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Campus de Abaetetuba-UFPA.

Abaetetuba, Pará, Brasil.

E-mail: jadsonfggoncalves@gmail.com

Resumo

O trabalho problematiza e analisa a relação entre famílias homoparentais e a escola pública, investigando se a instituição escolar pública e seus profissionais estão preparados para acolher diferentes arranjos familiares e de que forma ocorrem suas inserções no cotidiano escolar. Trata-se de um estudo de caso, cuja coleta e análise de dados seguem os pressupostos da pesquisa qualitativa. Enquanto estudo de caso, o trabalho examina a interação entre uma família homoparental específica e a escola pública, buscando compreender práticas, desafios e formas de acolhimento ou exclusão existentes na relação escola-família. O texto apresenta considerações e reflexões sobre as transformações contemporâneas nas configurações familiares e nas funções da escola. Os resultados indicam que, apesar das transformações sociais ocorridas ao longo do século XX e do reconhecimento legal de diferentes configurações familiares, a escola ainda demonstra dificuldades em lidar com novos arranjos familiares, evidenciando lacunas na formação docente e nas políticas institucionais voltadas à diversidade. Conclui-se que é necessária a ampliação de debates, formações e práticas pedagógicas inclusivas de professores(as) que promovam o respeito à diversidade familiar e assegurem o direito à educação sem discriminação de qualquer natureza.

Palavras-chave: Escola pública. Gênero. Sexualidade. Família homoparental.

Introdução

A escola pública constitui um dos principais espaços de socialização e formação humana na sociedade contemporânea, desempenhando papel fundamental na construção de valores democráticos, identidades sociais e relações de convivência. Nesse contexto, a relação entre família e escola assume centralidade no processo educativo, uma vez que ambas as instituições compartilham responsabilidades na formação integral do sujeito social. A literatura educacional reconhece que o envolvimento familiar contribui significativamente para a permanência escolar, o desempenho da aprendizagem e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

Além disso, a intensificação dos debates públicos sobre direitos humanos, igualdade e diversidade tem evidenciado a necessidade de que as instituições educacionais acompanhem as transformações sociais em curso. A escola, enquanto espaço privilegiado de formação cidadã, não pode permanecer alheia às mudanças nas formas contemporâneas de organização familiar, sob pena de reproduzir exclusões e desigualdades historicamente construídas. Nesse sentido, investigar a relação entre escola e famílias homoparentais torna-se relevante não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também social e pedagógico, uma vez que permite compreender como os princípios de inclusão e equidade são efetivamente materializados no cotidiano escolar.

A escolha do tema também se justifica pela escassez de estudos empíricos que abordem a experiência concreta dessas famílias na escola pública brasileira, especialmente em contextos de menor visibilidade midiática e acadêmica, como municípios do interior dos estados brasileiros. Embora haja avanços na produção científica sobre diversidade sexual e educação, muitos trabalhos concentram-se em análises teóricas ou em grandes centros urbanos, o que reforça a importância de investigações que considerem realidades locais específicas. A compreensão dessas experiências pode contribuir para a formulação de políticas educacionais locais mais sensíveis às diferentes configurações sociais presentes no país.

Outro fator motivador para a realização deste trabalho refere-se à constatação de que a escola ainda é percebida por muitas famílias homoparentais como um espaço potencialmente hostil, no qual a exposição de sua configuração familiar pode gerar constrangimentos ou situações de discriminação. Tal percepção influencia a forma como essas famílias se relacionam com a instituição, podendo resultar em distanciamento, participação reduzida ou estratégias de invisibilização. Investigar essas dinâmicas permite compreender não apenas as práticas escolares, mas também os efeitos subjetivos produzidos nos sujeitos envolvidos.

Por fim, destaca-se que a promoção de uma educação inclusiva não se limita à presença física dos estudantes na escola, mas envolve a construção de um ambiente que reconheça e valorize a diversidade em todas as suas dimensões. Estar atento às experiências de famílias homoparentais no contexto escolar contribui também para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o fortalecimento do compromisso social da educação pública com a formação de cidadãos críticos e respeitosos das diferenças e diversidades. Assim, como objetivo central do trabalho, buscamos compreender quais práticas, desafios e formas de acolhimento ou exclusão materializam-se na relação escola-família.

Breves considerações em torno das transformações contemporâneas da família e da escola

As profundas transformações sociais, culturais e econômicas ocorridas ao longo do século XX alteraram substancialmente as configurações familiares, ampliando as formas de organização para além do modelo nuclear tradicional. A família contemporânea passa a ser marcada pela pluralidade de arranjos, incluindo famílias monoparentais, reconstituídas, extensas e homoparentais. Engels (2002) indica que as formas familiares acompanham as transformações históricas da sociedade, enquanto autores contemporâneos destacam a centralidade da afetividade como elemento estruturante das relações familiares atuais (Sarti, 2007; Vilhena, 2011).

Entre essas configurações, as famílias homoparentais (constituídas por casais do mesmo sexo, responsáveis pela criação de filhos) têm ganhado maior visibilidade social e jurídica nas últimas décadas, especialmente em decorrência de avanços nos direitos civis e no reconhecimento da diversidade sexual (Zambrano, 2006). Contudo, a ampliação desse reconhecimento não elimina a persistência de preconceitos e desigualdades, que se manifestam de forma particularmente intensa nos espaços institucionais, incluindo a escola.

A instituição escolar, embora orientada, contemporaneamente, por princípios de igualdade e inclusão, frequentemente reproduz valores culturais hegemônicos relacionados ao gênero e à sexualidade. Louro (2000; 2012) argumenta que a escola atua simultaneamente como espaço de normatização e de possibilidade de transformação social, sendo atravessada por discursos que definem padrões considerados legítimos de identidade e comportamento. A ausência de formação específica dos profissionais da educação sobre diversidade sexual e familiar contribui para a manutenção de práticas de invisibilização e para a dificuldade de acolhimento de estudantes provenientes de arranjos familiares não tradicionais (Camargo; Ribeiro, 1999).

Considerando que a Constituição Federal (Brasil, 1988) assegura o direito à educação sem discriminação e que a escola deve constituir-se como espaço democrático, torna-se relevante investigar como as instituições escolares públicas lidam concretamente com a diversidade familiar. A presença de famílias homoparentais no ambiente escolar desafia concepções tradicionais e exige práticas pedagógicas que reconheçam a pluralidade social.

O percurso metodológico do estudo



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Para a realização deste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de estudo de caso. A pesquisa foi realizada em uma escola pública do município de Igarapé-Miri, no estado do Pará, envolvendo uma família homoparental composta por duas mulheres responsáveis pela criação de um adolescente matriculado na instituição. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada e observação direta, possibilitando a compreensão das percepções dos sujeitos e das dinâmicas de interação estabelecidas no contexto escolar (Severino, 2007). Os dados foram analisados qualitativamente, preservando-se a identidade da escola e dos participantes mediante o uso de nomes fictícios.

Diante desse contexto, o objetivo geral consiste em analisar como se estabelece a relação entre a escola pública e famílias homoparentais. Como objetivos específicos, pretende-se identificar a preparação dos profissionais da educação para lidar com a diversidade familiar, compreender a forma como essas famílias são recebidas no ambiente escolar e discutir as implicações educacionais dessa interação.

A análise dos dados coletados por meio das entrevistas semiestruturadas e da observação direta revelou que a relação entre a família homoparental investigada e a escola pública apresentam características complexas, marcadas pela coexistência de práticas de acolhimento formal e de mecanismos sutis de exclusão simbólica.

A relação entre a família homoparental e a escola pública

Embora a instituição não tenha manifestado rejeição explícita à presença da responsável da família nas atividades escolares, observou-se que a visibilidade da configuração familiar foi frequentemente evitada pela própria família, como estratégia de proteção diante da possibilidade de preconceito por parte da comunidade escolar.

Esse comportamento evidencia que a aceitação institucional não se traduz necessariamente em inclusão efetiva. A invisibilização voluntária indica a presença de normas sociais heteronormativas que orientam as interações no espaço escolar. Tal fenômeno pode ser compreendido à luz da noção de dominação simbólica proposta por Bourdieu (2003), segundo a qual grupos socialmente minoritários internalizam valores dominantes e adaptam suas práticas para evitar sanções sociais. No caso analisado, a família evita demonstrar publicamente sua configuração como forma de reduzir situações de constrangimento ou discriminação.

No âmbito das relações entre estudantes, foram relatados episódios de comentários depreciativos e brincadeiras direcionadas ao aluno em razão da orientação sexual de suas

responsáveis. Essas manifestações, embora não caracterizadas como violência institucional, configuram práticas de microagressão que contribuem para a manutenção de estigmas sociais. Louro (2000; 2012) destaca que a escola constitui um espaço privilegiado de produção e reprodução das normas de gênero e sexualidade, sendo atravessada por discursos que definem padrões considerados legítimos de identidade e comportamento. Assim, mesmo na ausência de políticas discriminatórias formais, as interações cotidianas podem reproduzir desigualdades e exclusões.

Apesar dessas situações, o estudante manteve participação ativa nas atividades escolares, não apresentando evasão, retraimento significativo ou prejuízos aparentes em seu desempenho escolar. Esses registros investigativos confirmam estudos sobre homoparentalidade que indicam que o desenvolvimento emocional e social das crianças não depende da orientação sexual dos responsáveis, mas da qualidade das relações afetivas estabelecidas no ambiente familiar (Zambrano, 2006; Vilhena, 2011; Rodriguez e Paiva, 2009). A presença de vínculos estáveis e de acompanhamento educacional contínuo mostrou-se fator fundamental para a adaptação do aluno ao contexto escolar.

A postura adotada pela família investigada evidencia que o medo da discriminação continua sendo um fator determinante na forma como sujeitos pertencentes a grupos minoritários se posicionam no espaço público. A necessidade de ocultar aspectos da vida privada para evitar julgamentos sociais revela que a igualdade formal de direitos não garante, por si só, a igualdade nas interações cotidianas. Nesse sentido, a escola, embora não tenha promovido exclusão direta, também não se configurou como espaço suficientemente seguro para a plena expressão da diversidade familiar.

Observa-se, ainda, que a invisibilização não se restringe à relação família-escola, mas também se manifesta na ausência de representações positivas da diversidade nos materiais didáticos, nas atividades pedagógicas e nos eventos escolares. A predominância de modelos familiares tradicionais nos conteúdos curriculares contribui para a naturalização de um único padrão considerado legítimo, dificultando o reconhecimento de outras formas de organização familiar. Essa ausência de representatividade pode gerar sentimentos de não pertencimento e reforçar a marginalização simbólica de estudantes provenientes de arranjos familiares diversos.

Outro elemento relevante diz respeito à interação entre a escola e a comunidade local. Em contextos socioculturais mais conservadores, a instituição escolar pode reproduzir valores predominantes na comunidade, evitando posicionamentos que possam gerar conflitos. Tal dinâmica limita a autonomia pedagógica da escola e dificulta a implementação de ações voltadas à promoção da diversidade, uma vez que gestores e professores(as) tendem a priorizar

a manutenção da harmonia institucional em detrimento da problematização de temas considerados sensíveis.

A análise das falas dos participantes também sugere que o acolhimento institucional está fortemente associado às relações interpessoais estabelecidas no cotidiano escolar. A receptividade demonstrada por determinados profissionais da escola contribuiu para a permanência da família e para a continuidade do acompanhamento educacional do estudante. Entretanto, a dependência de atitudes individuais evidencia a fragilidade das políticas institucionais de inclusão, uma vez que mudanças na equipe escolar podem alterar significativamente a qualidade do atendimento oferecido.

Do ponto de vista do desenvolvimento do estudante, a pesquisa indica que a presença de uma rede de apoio familiar consistente exerce papel fundamental na superação de eventuais dificuldades enfrentadas no ambiente escolar. O acompanhamento próximo das responsáveis e o diálogo constante com a escola contribuíram para minimizar impactos negativos decorrentes de situações de preconceito. Esse dado reforça a importância da parceria entre família e escola como elemento central no processo educativo, independentemente da configuração familiar.

Além disso, a ausência de intervenções pedagógicas sistemáticas voltadas à prevenção do preconceito pode permitir que atitudes discriminatórias se perpetuem entre os estudantes. Comentários aparentemente banais ou naturalizados no cotidiano escolar podem produzir efeitos significativos na autoestima e no sentimento de pertencimento dos alunos. A construção de uma cultura escolar inclusiva exige ações educativas contínuas que promovam o respeito às diferenças e a valorização da pluralidade social.

A análise do contexto institucional também evidencia que a precariedade estrutural da escola limita a implementação de projetos pedagógicos inovadores. A escassez de recursos materiais e humanos direciona a atenção da gestão escolar para questões emergenciais relacionadas ao funcionamento básico da instituição, reduzindo a prioridade atribuída a temas considerados complementares. Contudo, a promoção da inclusão não depende exclusivamente de recursos financeiros, mas também de compromisso político-pedagógico e de formação adequada dos profissionais.

Outro aspecto observado refere-se à ausência de articulação entre as políticas educacionais mais amplas e a realidade concreta da escola. Embora documentos oficiais enfatizem a importância da inclusão e do respeito à diversidade, tais diretrizes nem sempre se traduzem em orientações práticas para o cotidiano escolar. Essa lacuna entre o discurso normativo e a prática institucional contribui para a manutenção de situações de invisibilidade e para a reprodução de desigualdades.

De modo geral, os resultados apontam que a inclusão das famílias homoparentais no ambiente escolar depende de um conjunto de fatores inter-relacionados, incluindo a postura da gestão, a formação dos professores, as características socioculturais da comunidade e a disponibilidade de recursos institucionais. A ausência de políticas específicas não impede a convivência, mas limita a construção de um ambiente educacional plenamente inclusivo.

Assim, a pesquisa evidencia que a escola investigada se encontra em um processo de transição entre a tolerância e a inclusão, no qual a presença da diversidade é reconhecida, mas ainda não plenamente incorporada às práticas pedagógicas e institucionais. A consolidação de uma educação democrática requer o reconhecimento explícito das diferentes configurações familiares e a implementação de estratégias que promovam a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças.

Outro aspecto relevante refere-se à participação da família no processo educativo. Observou-se que a mãe biológica assumia predominantemente as responsabilidades relacionadas ao acompanhamento escolar, como participação em reuniões, contato com professores(as) e monitoramento do desempenho acadêmico. Esse padrão não se diferencia substancialmente do observado em famílias heteroparentais, nas quais as mulheres frequentemente assumem a maior parte das tarefas de cuidado e educação dos filhos. Tal constatação evidencia que as dinâmicas de gênero continuam influenciando a organização das responsabilidades parentais, independentemente da configuração familiar.

A análise das condições institucionais da escola revelou limitações estruturais e pedagógicas que impactam o processo de inclusão. Observou-se precariedade em recursos materiais, ausência de equipamentos adequados e carência de espaços voltados ao desenvolvimento de atividades educativas diversificadas. Embora tais condições afetem toda a comunidade escolar, elas também limitam a implementação de projetos pedagógicos voltados à promoção da diversidade e da inclusão social.

O exame do Projeto Político-Pedagógico da instituição indicou que, embora o documento apresente princípios gerais de cidadania e igualdade, não há menção específica à diversidade familiar ou às questões de gênero e sexualidade. Essa ausência sugere que o reconhecimento das diferentes configurações familiares não constitui prioridade institucional. Camargo e Ribeiro (1999) apontam que a educação sexual e as discussões sobre diversidade permanecem marginalizadas no contexto escolar brasileiro, apesar de sua inclusão formal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) como tema transversal na década de 1990 e, atualmente, pouco presente na BNCC - Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

A falta de diretrizes institucionais específicas contribui para que o acolhimento das famílias homoparentais dependa da iniciativa individual dos profissionais. Observou-se que o gestor escolar demonstrou postura receptiva, porém não foram identificadas ações sistemáticas, como projetos pedagógicos, formações ou debates voltados à temática. Essa condição reforça a ideia de tolerância passiva, na qual a diferença é aceita desde que não desafie explicitamente os padrões normativos dominantes.

A ausência de formação continuada dos profissionais da educação constitui outro fator relevante. Muitos educadores demonstram insegurança ao lidar com temas relacionados à sexualidade e ao gênero, evitando abordagens por receio de conflitos com a comunidade escolar ou por falta de preparo teórico. Louro (2012) destaca que a formação docente frequentemente não contempla de forma adequada as discussões sobre diversidade, o que dificulta a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Além disso, a pesquisa evidenciou que o preconceito social mais amplo influencia diretamente o ambiente escolar. A escola não se configura como espaço isolado, mas como instituição inserida em um contexto cultural que reproduz valores e crenças predominantes. Dessa forma, a presença de atitudes discriminatórias entre estudantes reflete padrões sociais internalizados e não apenas falhas institucionais específicas.

Do ponto de vista pedagógico, a ausência de abordagens sistemáticas sobre diversidade familiar limita a possibilidade de construção de uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças. Projetos educativos que discutam direitos humanos, cidadania e pluralidade social poderiam contribuir para a redução de preconceitos e para a promoção de um ambiente mais inclusivo. Caldas (2007) ressalta que a escola possui potencial para atuar como espaço de formação ética e democrática, desde que desenvolva práticas que valorizem a diversidade e o diálogo.

Os resultados da pesquisa indicam, portanto, que a escola investigada apresenta um estágio intermediário de reconhecimento da diversidade familiar. Não há rejeição formal às famílias homoparentais, mas também não se observam ações institucionais capazes de promover inclusão efetiva. A convivência ocorre de forma relativamente pacífica, porém sustentada pela invisibilidade da diferença e pela adaptação da família aos padrões dominantes.

Considerando o papel social da educação pública na promoção da equidade e da justiça social, torna-se necessário que as instituições escolares avancem para uma postura de inclusão ativa, na qual a diversidade familiar seja reconhecida explicitamente e incorporada às práticas pedagógicas. A construção de um ambiente educacional verdadeiramente democrático depende

da capacidade da escola de reconhecer as transformações sociais e de atuar na formação de sujeitos capazes de conviver com as diferenças.

Conclusões

O advento da contemporaneidade trouxe consigo transformações significativas nas diversas instâncias sociais, assim como na concepção de família, que alterou drasticamente o modelo familiar nuclear heteroparental dando origem a inúmeras outras configurações, dentre elas a família homoparental. A homoparentalidade tem sido fortemente discutida em nossa sociedade, sendo necessário saber como as instituições escolares se relacionam com as novas configurações familiares e como os educandos oriundos de famílias homoparentais são tratados nos ambientes educacionais.

Este entrelaçamento entre família-escola tem sua gênese em meio a inúmeras contradições e expectativas que poucas vezes contemplam o que se deseja, pois, em virtude das mudanças ocorridas nas instituições sociais diversas, a definição de seus papéis já não se encontra tão estabelecida, como já fora há tempos atrás.

Entretanto, tendo em vista a importância do papel dessas duas instituições na construção do indivíduo, acredita-se que o grande achado deste trabalho está na comprovação de que as relações escola-família são de interdependência, representando um fator relevante na qualidade da educação oferecida por ambas às instituições.

No estudo em questão, as observações diretas na escola e a análise da entrevista realizada com a família homoparental permitem a reflexão sobre a situação das famílias homoafetivas com filhos e sua relação com as instituições escolares. Apesar dos relatos que sinalizam para mudanças positivas nas escolas no que tange à inclusão das famílias homoafetivas no cotidiano escolar, os preconceitos, infelizmente, ainda são frequentes e fazem parte do cotidiano destas famílias.

Assim, todo o cenário apresentado no decorrer deste trabalho demonstrou que as instituições de ensino ainda precisam desenvolver seus conhecimentos sobre a família homoparental, bem como suas reflexões sobre esta realidade. Uma vez que se acredita que o seu papel é de evitar a disseminação de discursos carregados de estereótipos e de compreender esses novos processos, e assim caminhar na direção do reconhecimento e respeito da diversidade, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e diversificada e menos preconceituosa e heteronormativa.

Para tanto, a escola precisa abrir mão da tentativa incessante de reconhecer e legitimar

somente a família nuclear e imutável, presente no imaginário social, para desse modo, não cair na ideia de que as dificuldades existentes no processo ensino-aprendizagem decorrem da “desestruturação” familiar, isso para dizer que esses sujeitos não possuem famílias “perfeitas”, esperadas, compostas por um casal heterossexual, preparados para educar sua prole.

Elias (2016) afirma que cada relação familiar é um processo, as relações estão sempre mudando e o desafio se coloca de novo e de novo, e, por isso, a necessidade de compreender que as relações humanas nunca se acabam. Acreditamos que o presente estudo serve de alerta para os educadores e demais profissionais que poderão lidar, direta ou indiretamente, com essa forma de organização familiar, em não se posicionarem de forma precipitada e a seguirem com cautela na compreensão de questões de sexualidade, já que, quanto ao desenvolvimento psíquico das crianças e ao processo educacional, parece que não há nada que “contraindique” a maternidade ou a paternidade em função da orientação homossexual, pelo contrário, Rios, Golin e Leivas (2011) afirmam:

O reconhecimento da diversidade, por sua vez, é expressão e é exigência do pluralismo, sem o qual desaparece a possibilidade da construção de um mundo onde haja espaço para a subjetividade e a constituição de identidades pessoais. Não basta somente proteger os direitos de violações. É necessário tornar real a possibilidade do exercício das escolhas pessoais que se estabelecem e se mantêm por meio das uniões entre pessoas do mesmo sexo (Rios, Golin e Leivas, 2011, p. 94).

Dessa forma, acreditamos que o esclarecimento, a realização de debates e intervenções na escola relativos às questões concernentes à sexualidade e a construção de identidades através da mesma seja tema não somente de palestras ou curtos seminários, mas sim de formações continuadas de professores(as), de pesquisas constantes, de projetos escolares que estejam presentes também no cotidiano, que se faça necessário esse olhar mais atento e interessado, não só para a construção de profissionais da educação mais capacitados, mas também para a construção de um ambiente escolar mais igualitário e que celebre a diversidade como possibilidade de enriquecimento. Assim, concluímos que é necessária a ampliação de debates, formações e práticas pedagógicas inclusivas de professores(as) que promovam o respeito à diversidade familiar e assegurem o direito à educação sem discriminação de qualquer natureza.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 2 fev. 2026.

CALDAS, Roberto. **Educação e cidadania**: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2007.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Maria Lúcia. **Sexualidade(s) e infância(s)**: a sexualidade como tema transversal. Campinas: Papirus, 1999.

ELIAS, N. A civilização dos pais. **Sociedade e Estado**, 27(3), 469–493, 2016. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5679>. Acesso em: 25 de jan. 2026.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

RIOS, Roger Raupp; GOLIN, Célio; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Homossexualidades e Direitos Sexuais**: Reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RODRIGUEZ, Brunella Carla e PAIVA, Maria Lucia de Souza. Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. **Vínculo – Revista do NESME**, 2009, v. 1, n. 6, p. 13-27. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v6n1/v6n1a03.pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2026.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VILHENA, Junia de. *et al.* Que família?: provocações a partir da homoparentalidade. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. 11, n. 4, p. 1639–1658, dez/2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000400014. Acesso em: 17 de jan. 2026.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes antropológicos**. v. 12, n. 26, p. 123–147, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/tBBwkgGRBqtVGmJV7zFMXLK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de jan. 2026.